

NOTICIÁRIO

PROFESSOR FRANCISCO ISOLDI. (1879-1960).

Faleceu em maio do corrente ano o Prof. Francisco Isoldi, nosso distinto colaborador, aos 81 anos de idade. Natural de Polla, província de Salerno (Itália), o Prof. Isoldi fez os seus estudos em Roma e Nápoles, onde exerceu o magistério. Veio para o Brasil em 1919, dedicando-se principalmente ao magistério secundário e superior. Foi professor de história, grego, latim e filosofia no Colégio Dante Aleghieri e no Mackenzie College. Foi um dos fundadores da Universidade Popular Dante Aleghieri, em 1921; da Faculdade Paulista de Filosofia e Letras, em 1931, juntamente com Alcântara Machado e Antônio Picarolo. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, membro da Academia do Mediterrâneo e sócio correspondente da "Regia Deputazione Romana di Storia Patria". Colaborou em diversas revistas e jornais. Publicou vários artigos sobre história antiga na **Revista de História**, que prestigiou desde a sua fundação. Serviu várias vezes como examinador de concursos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Era autor de várias obras de filosofia, crítica histórica, literatura, etc. Entre elas destacamos: "Antologia Italiana", 1928; "História da Filosofia", 1928; "Preleções de introdução à história e crítica histórica", 1933; "História do comércio", 1934; "Horácio, último grande poeta do mundo clássico", 1936.

E. SIMÕES DE PAULA

*

* * *

SEMANA DE ESTUDOS DO CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS "AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY".

O Centro de Estudos Históricos "Affonso d'Escragnolle Taunay", dos alunos da Secção de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, promoveu de 16 a 20 de maio p. p., uma **Semana de Estudos**, em comemoração a seu II aniversário e em preparação ao I Congresso Brasileiro de Universitários de História.

A Semana constou de três mesas-redondas, versando cada uma delas sobre assuntos de interesse geral para o ensino da História, tanto na Universidade como nos cursos secundários. Transcrevemos, aqui, os três relatórios apresentados sobre cada um dos três temas abordados, a saber: "Problemas da História na Universidade; reforma de currículo", pelo aluno Régis Duprat; "Problemas profissionais do li-

cenciado em História”, pelo aluno Victor Deodato da Silva; e “O problema do livro didático de História para o curso secundário”, pelo aluno Dióres Santos Abreu.

Após a leitura de cada relatório, houve debates entre os presentes, professores e alunos da Escola. O material colhido nessas reuniões, refundido e fundamentado, deverá constituir a essência das teses que a Universidade de São Paulo apresentará ao I Congresso Brasileiro de Universitários de História.

*

* *

1a. MESA REDONDA:

PROBLEMAS DA HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE.

Este trabalho que hoje apresentamos é o resultado de uma pesquisa de opinião sobre os problemas da História na Universidade, e não pretende, absolutamente, arvorar-se em súmula de reivindicações culturais, nem tampouco estabelecer normas para eventuais modificações de currículo. Deve ser interpretado exclusivamente como pretexto imprescindível de ordem prática, para encaminhar os debates e intervenções que aqui terão lugar, com vistas à nossa participação no I Congresso Brasileiro de Universitários de História.

Ao invés de intitularmos nosso trabalho — “Reforma de Currículo”, preferimos falar apenas em “Problemas da História na Universidade”. De maneira nenhuma partimos do pretencioso princípio de que tudo esteja errado; isto seria romântico, seria revolucionário, mas não seria verdadeiro, não seria viável. Queremos acreditar que o fato de estarmos reunidos aqui, com nossos mestres, todos na sincera disposição de melhorar e elevar o nível do ensino da História neste Instituto que já possui um quarto de século de tradição, não é devido simplesmente à espontânea tomada de consciência, por parte dos alunos, dos problemas que nossos estudos suscitam. Queremos crer que uma grande parcela dessa responsabilidade — agradável responsabilidade — cabe ao nosso corpo docente que, através dos anos, tem pugnado por transmitir-nos suas experiências e, no plano da organização do curso, enriquecer as possibilidades de aperfeiçoamento do profissional de História e do futuro professor.

Não partimos, portanto, do princípio de que nossos interesses, de mestres e de alunos, sejam antagônicos; por mais que a visão “tétrica” dos exames a isso nos induza não nos curvamos... Pelo contrário, as dificuldades que padecemos com a falta de verbas constante, por exemplo, que impede a efetivação de melhorias graduais no curso, são de molde a estreitar a nossa comunidade de idéias e interesses. Haja vistas ao problema premente, até agora por resolver, da Biblioteca do Departamento de História, que não se constitui como verdadeiro instrumento de trabalho que deveria ser. Há poucos meses atrás, endereçamos ao Departamento um abaixo-assinado de alu-

nos, solicitando providências no sentido de realizar-se um curso optativo de História da Arte. O pedido não foi atendido por falta de verba.

Estamos, por isso, conscientes de que instâncias superiores na escala burocrática extra-universitária retém, de maneira retrógrada, o monopólio das resoluções dos assuntos da Universidade, ao mesmo tempo que a falta de boa vontade em solucioná-los. Urge o levantamento dêsses problemas.

*

Senhores professores, prezados colegas: A medida em que se avoluma o acervo cultural da humanidade e em que as instituições que lhe são correspondentes (tais quais nossa Faculdade) tornam-se mais numerosas e eficientes, estendendo-se o corpo discente a cada ano que passa, aumenta a nossa responsabilidade mental e, na mesma proporção, cresce nossa modéstia intelectual. Concomitantemente vamos nos despojando de uma concepção que chamaríamos “romântica” e que impregna nefastamente tôda a nossa cultura e inspira os moldes do ensino ginasiano contra o qual tanto batalhamos nesta Faculdade.

Tal concepção, mescla de romantismo com pseudo-cientifismo, improvisação e decoração, consiste em acreditar-se que a verdadeira eficiência do trabalho intelectual reside na bombástica constatação de que se assimilou um sem número de conhecimentos acabados, de uma vez para sempre. Forma estranha de erudição! Redunda daí, no plano escolar, a preocupação por assimilar aulas, memorizando-se e devolvendo-as, tais e quais, nos exames. Da mesma forma, redunda reciprocamente o empenho do professor em elaborar um corpo definido de conhecimentos eruditos sôbre a matéria a ser abordada, e transmiti-lo aos alunos em forma preleccional.

Ora, tal concepção levada à prática dessa maneira, priva o aluno da necessária formulação dos problemas, concernentes ao objeto do estudo, incapacita-o de raciocinar com arrôjo e liberdade, e, no plano da História, do hábito de somar pequenos conhecimentos aos já integrados no patrimônio dessa ciência.

Mas não basta a simples formulação de problemas. Seria necessário que cada curso, cada cadeira, cada professor, orientasse o aluno nas etapas da técnica do trabalho histórico. E assim dizemos porque conferimos grande importância aos problemas da pesquisa, seja de fontes primárias ou não, e consideramos indevida a atual diferenciação de conceito entre pesquisador e professor, que conduz a um patricismo abominável e é a maior responsável pela manutenção do nível e padrões de ensino ginasiano, inspirando a formação insuficiente de novos professores secundários e renovando incessantemente o círculo vicioso assim elaborado. O autodidatismo imperante, relativamente à pesquisa, deve conhecer um fim: para isso, julgamos que o 3.º ano de vida universitária devia possibilitar uma intensificação do trabalho de pesquisa, e, especialmente aos que pretendem dedicar-se a essa atividade, de preferência ao magistério secundário. Não se trata de formar apenas pesquisadores, mas **também** pesquisadores. E porque é

um fato lamentável que torna difícil tôda iniciativa cultural, a assistência e orientação dos professôres aos alunos é algo inestimável. Enquanto os dois primeiros anos compreenderiam pesquisas de fontes secundárias, os seguintes conheceriam uma acentuação delas e a séria introdução das de fontes primárias.

Outra medida que elevaria o nível das últimas séries de estudos, seria, em primeiro lugar a manutenção de seminários de alto nível, isto é, dos próprios professôres, em rodízio, nos quais se admitiriam os alunos adiantados interessados nisso, discutindo-se aspecto de trabalhos ou teses em andamento. Isto implicaria na exposição e sugestões das mais diversas etapas e fisionomias da técnica pròpriamente dita. Em segundo lugar, seminários de informação bibliográfica, que atualizariam as mais recentes publicações nas diversas cadeiras, incentivando o aluno na visão harmônica da História, e afastando-o do bitolamento mental. Em terceiro lugar, o curso de especialização deveria abrir um caminho novo, sofrendo rigorosa reestruturação que consistiria em tornar obrigatória a apresentação de um trabalho de pesquisa, tese essa que não seria, evidentemente, de doutoramento, por não lhe equivaler em nível, mas que corresponderia, **mutatis mutandis**, ao **Master's Degree** dos Estados Unidos. Semelhante trabalho, de 50 a 100 páginas, seria julgado por uma banca de três professôres, consagrando e moralizando o atual sistema de especialização.

Certos aspectos do que ficou dito tanto podem ser realizados que há cadeiras que têm adotado formas de organização dos cursos aproximando-se sobremaneira do que julgariamos ideal, se generalizado.

Torna-se, assim, sem sentido a fórmula tradicional de nossas aulas, fundamentada no sistema preleccional. Começa-se a trabalhar apenas no 4.º ano, carecendo os três primeiros de seqüência natural, à falta de entrosamento entre as cadeiras e de uma orientação geral que prime por conferir ao aluno o conhecimento e os hábitos da pesquisa.

Por isso acreditamos que a reforma de currículo não sòmente integra implicações administrativas diretamente dependentes da burocracia de âmbito estadual ou federal, como também não solucionaria, por si só, os problemas educacionais que enfrentamos. Para isso, seria necessário empreender uma orientação nova, a que poderíamos pomposamente apelar “reforma de base”, mas que não é de base, porque lhe basta a disposição entusiasmada de nosso corpo docente para efetuar-se. E com isto, é claro, podemos fàcilmente contar.

Os Srs. Professôres já tiveram notícia do I Congresso Brasileiro de Universitários de História, que faremos realizar em julho, aqui em São Paulo. Pois bem: um dos tópicos do Congresso deverá versar sòbre a apresentação de teses de cultura histórica. Sinceramente, estamos temendo pelo êxito duvidoso dêsse tópico porque, inclusive aquêles alunos afeitos à pesquisa, encontram-se em precárias condições para apresentar um trabalho dêsse tipo, modesto que seja, que mais não pretendemos, absorvidos que estão pela natureza do ensino que os divorcia dessas possibilidades. O ensino universitário tal qual se estrutura atualmente, insere-se, na maioria de seus aspectos, na-

quela concepção aventada anteriormente, constituindo até, uma decorrência natural dos padrões ginasianos de ensino, e, o que é mais grave, uma aceitação tácita e conformista desses padrões negativos por parte de seu corpo docente.

Mas se não cremos na suficiência das reformas de currículo, encaramô-las como consagração final de uma orientação nova adotada. Não deixaremos também de abordar alguns aspectos suscitados pela indagação efetuada sobre o assunto.

A Cadeira de Introdução aos Estudos Históricos deve sua criação e existência a uma abnegada preocupação do Departamento por aperfeiçoar o nosso curso; isto já foi invocado no início da nossa exposição. Mas essa Cadeira tem seu funcionamento justificado para servir as deficiências na orientação (e não na competência, note-se) das demais. Isto não significa que a dispensemos; pelo contrário, ela tem suprido maravilhosamente as exigências do curso e atendido aos reclamos e necessidades dos alunos, não devendo a sua existência sofrer solução de continuidade nas condições atuais do ensino.

O Curso de História tem comportado até agora um certo número de cadeiras como Geografia Humana, Antropologia e Etnografia que têm transmitido conhecimentos cuja utilidade e eficiência não poderiam ser negados, porém tais aquisições são levadas a efeito em detrimento de uma melhor planificação do curso como um todo, absorvendo dispersivamente os esforços do aluno. A História está a exigir de seus cultores sempre mais, uma formação de cultura geral ampla, arejada que não é adquirida senão no trato constante da bibliografia geral e especializada e não em cursos impossíveis de serem administrados em função das exigências específicas da formação do historiador. Aqui caberiam as preleções organizadas pelas cadeiras de História. Enquanto isso a Cadeira de História Antiga e Medieval, ao invés de se subdividir, tem de abarcar sôzinha e num só ano um período de mais de 40 séculos!

Alguns não compreendem a inclusão de História Ibérica no curso. Para estes, tal inclusão parece refletir uma preocupação que se dispersa da exata concepção de formação do historiador. Ainda aqui, trata-se de uma questão de orientação geral dos cursos, porque essa inclusão parece ser atribuída à intenção de sempre conferir ao aluno noções das histórias particulares, com uma eventual análise de textos que não se insere numa sistematização metódica das etapas do trabalho histórico. Sejam louvados, aqui os esforços dessa cadeira por suprir certas lacunas, mas carecendo daquela sistematização, coisa obtida apenas por resoluções gerais e comuns inspiradas por orientação nova de todo o Departamento.

Parece-nos, entretanto, de grande viabilidade a redução ao mínimo, das cadeiras do currículo, e o que o número de cadeiras perderia em quantidade, ganharia em profundidade e extensão. Cada uma delas ampliaria sua capacidade de informação suprindo-se então as deficiências naturais acima constatadas dos cursos administrados em caráter disciplinar ou optativo. Conferir-se-ia, então, mas somente então, aos seminários uma função fundamentalmente integrada

no desenvolvimento de cada curso. Se a atual estrutura das cadeiras não comporta uma extensão semelhante, novos assistentes seriam contratados mediante concurso, para fazê-lo. Aliás, algumas cadeiras já têm penetrado o domínio da Didática da História e outros, contribuindo de maneira altamente positiva para a formação profissional dos que se dedicarão ao magistério. Acresce que a atual equipagem das cadeiras não lhes permite fazer mais em outros terrenos.

Parece-nos também, tendência geral a afirmação de que o fundamental na nossa escola é ensinar a trabalhar. A iniciação profissional do aluno deve ser levada a efeito aqui dentro e não após o curso. Para tanto é necessário que os mestres assistam os alunos. Nesse sentido, a abolição, ou melhor, a limitação da orientação preleccional contribuiria para tornar os cursos mais dinâmicos e maleáveis, aumentando a participação direta do aluno, e por outro lado, atenuando as árduas tarefas das cadeiras em elaborar as preleções. Cada uma das cadeiras poderia organizar certo número de preleções monográficas ou não, que confeririam aos cursos determinada diretriz, e poderiam ser o resultado de pesquisas que enriqueceriam o conjunto dos trabalhos práticos dos alunos. E' igualmente inegável que, abolido o sistema preleccional, surgirão da prática cotidiana, as técnicas e fórmulas a serem adotadas para o desenvolvimento das aulas.

O sistema de exames atualmente adotado é uma consagração de toda a orientação do conjunto e uma redundância natural da mesma. Este é o ponto mais sentido, consciente ou inconscientemente por todos os colegas. Não nos cabe ditar normas, porém, constatamos sempre mais exemplificado, o caráter da memorização a que tal sistema nos induz e obriga. O próprio aproveitamento das leituras pessoais disso se ressentem e parece constituir um dos maiores entraves para obter-se formas superiores de ensino universitário. E' urgente enfrentar esse problema como medida prática inicial. Sabemos que ele não está ausente das cogitações pedagógicas de nossos mestres, pois com certa frequência é debatido em classe e também tem sido objeto de experimentações por certas cadeiras. Porém, nunca se adotaram sistematicamente soluções outras que não aquela consagrada pela tradição ginasiana. Seja notado que tais experiências demonstram preocupação flagrante por obter-se formas superiores de estruturação dos cursos, seminários e exames. Inexplicavelmente não se atingiu uma fase positiva de generalização, só entendida pelo entrosamento orgânico das cadeiras entre si conferindo uma vida dinâmica e sadia ao Departamento.

Supomos, como conclusão, não sem condicionar nossa tese ao enriquecimento inestimável dos nossos mestres (e daí a sua presença aqui) que três aspectos fundamentais do nosso ensino quais sejam: o aproveitamento às aulas, a função dos seminários e o sistema de exames como conseqüente critério de promoção, adquirem formulação diversa e dinâmica ao ser estabelecida a limitação do ensino preleccional e uma subseqüente e decorrente ativação da participação do aluno no trabalho intelectual criador. Precipitar-se-á dessa maneira, a iniciação e aprendizado profissional do corpo discente, elaborando-se as ba-

ses imprescindíveis ao alcance do tão almejado — por nós e por nossos professôres — escopo de raciocinar independentemente — chave do trabalho do historiador.

*

* *

2a. MESA-REDONDA.

PROBLEMAS PROFISSIONAIS DO LICENCIADO EM HISTÓRIA.

O tema do presente relatório é “Os Problemas Profissionais do licenciado em História”. Esses problemas existem em número tão avultado que sua simples enumeração esgotaria o tempo de que dispomos. Assim, selecionamos alguns deles e as nossas considerações a respeito nada mais almejam do que servir de motivação aos debates entre os presentes.

Poderíamos dividir os problemas em pauta em três categorias: 1) os momentâneos; 2) os permanentes; 3) os conjecturais. Na primeira categoria avulta a redução sofrida pelas aulas de História no ensino secundário, êste ano, por obra e graça de infeliz iniciativa do Departamento de Educação da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de São Paulo.

Preliminarmente, contudo, enumeraremos a distribuição das aulas antes e depois da citada iniciativa do Departamento de Educação: até 1959 eram ministradas na 1.a série ginasial duas aulas de História do Brasil; na 2.a série duas aulas de História da América. Não houve alteração em nenhuma dessas séries em 1960. Na 3.a série ministravam-se duas aulas de História Geral (Antiga e Medieval) e duas de História do Brasil (Colonial), sendo idêntico o número de aulas da 4.a série (referindo-se as aulas de História Geral às épocas Moderna e Contemporânea e as do Brasil ao período “post-Independente”). Aqui verificou-se, em 1960, o primeiro corte, passando, em cada série, a ser de duas o número de aulas, uma de História Geral e outra de História do Brasil.

No ciclo colegial davam-se até 1959, duas aulas de História Geral (Antigüidade) na 1.a série, não havendo alterações a se registrar em 1960. Na 2.a série contavam os professôres com duas aulas para desenvolver o programa de História Geral (Idade Média e Idade Moderna) e duas para o de História do Brasil (Colonial) e na 3.a série idêntico número era observado (as aulas de História Geral referindo-se à época Contemporânea e do Brasil ao período “post-Independente”). Em 1960, nas duas últimas séries do 2.º ciclo verificou-se uma redução idêntica à das 3.a e 4.a séries do 1.º ciclo, passando a ser ministradas, respectivamente, uma aula de História Geral e uma de História do Brasil.

Somando-se os totais de aulas de História vigentes no ano p. p. e os do corrente ano obtemos, respectivamente, em 1959, 22 e em 1960, 14 aulas, verificando-se, por conseguinte, uma redução da ordem de 35% de 1959 para 1960 (ao considerar tal proporção não devemos es-

quecer de que as classes das primeiras séries são mais numerosas que as duas últimas, sendo, no nosso país, muito grande a porcentagem de desistências de uma série para outra). Todavia tal proporção se refere somente ao ensino oficial, pois que no particular ela ainda é menor, dado que na 3.a e 4.a séries do Ginásio e na 2.a e 3.a séries do Colégio o número de aulas, entre História Geral e do Brasil, totalizava três aulas por série, verificando-se a redução de uma aula por série (aqui seria interessante desenvolver a questão do mau exemplo dado pelo Estado, imitado pelo ensino particular, o que é mais um aspecto importante da questão). Assim, no ensino particular, os totais anteriores e atuais de aulas de história seriam, respectivamente, de 18 e 14, sendo a diminuição da ordem de 25%. Feitas as ressalvas relativas ao maior número de classes das primeiras séries esta porcentagem pode ser reduzida para 15%. Assim, verificamos que a redução concreta média, englobando-se as duas órbitas de ensino, a oficial e a particular, oscila entre 15% e 20%.

Redução sensível, mas não desastrosa, tomada em seu estrito aspecto profissional de limitação de possibilidades de trabalho. Assim, cabe mais uma reação no sentido de defender o prestígio da matéria, ofendido com essa iniciativa, do que a de um resguardo de simples interesses materiais. E' preciso demonstrar que estudamos História não apenas porque almejamos ganhar a vida ensinando-a, mas também porque cremos na sua importância formativa, importância essa que geralmente é difícil de ser depreendida pelo grande público, dada a forma pela qual ela é muitas vezes ministrada. A iniciativa do Departamento de Educação é mais condenável ainda, se levarmos em conta que não foi compensada por acréscimo de número de aulas em qualquer outra disciplina, ao contrário do que seria de esperar. Assim, torna-se ainda mais difícil imaginar a razão de tal determinação.

Passemos agora a outro setor, que poderíamos incluir na segunda das categorias apontadas. Trata-se do direito concedido aos licenciados em outras secções, Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia e outras, de lecionar História em igualdade de condições com os nossos colegas já licenciados. Tal licença já deixa entrever a pouca estima em que é tida a nossa disciplina, demonstrando os responsáveis por tais medidas que não julgam necessária uma formação específica para ensinar. Por um lado devemos acrescentar que nós não temos quaisquer preferências relativamente aos colegas de outras secções e por outro, que a recíproca não existe, isto é, não nos é concedida autorização para lecionar matérias ensinadas em outras secções da Faculdade. Outro aspecto, ainda mais grave, do problema, interessa não só aos licenciados em História mas à Faculdade toda: refere-se aos não licenciados em nenhuma secção e que lecionam não só História, como também qualquer matéria do curso secundário. E' preciso, porém, reconhecer que, em determinadas circunstâncias e mais agudamente no interior, torna-se praticamente impossível conseguir-se um licenciado, seja para substituir o catedrático removido por concurso, doente ou ausente por qualquer outro motivo, seja para ministrar

as aulas extraordinárias, pelas quais esteja impossibilitado o responsável pela cadeira de responder, por sobrecarga.

As vezes é mesmo indispensável lançar mão de advogados, farmacêuticos, normalistas ou mesmo pessoa sem qualquer formação específica para preencher os claros. Contudo, o mais grave no caso não está no aproveitamento, como interinos, de pessoas sem formação adequada, e sim no fato de que, uma vez obtida licença na Inspeção Seccional do Ensino do Ministério da Educação para lecionar num determinado local, essas pessoas se transferem para outros locais onde a circunstância que determinou o seu ingresso no magistério secundário não se repete. Assim, aqui na Capital, onde já não existem mais dificuldades de conseguir-se licenciados, podem-se encontrar em grande número elementos nessas condições.

Outro aspecto da questão: o do concurso de ingresso ao magistério secundário. Nesse concurso, a presença de interinos e normalistas em igualdade de condições com os licenciados. Por outro lado, a simplificação do concurso, facilita a aprovação de pessoas menos aptas às funções em causa. Vemos duas soluções para o problema: em primeiro lugar, a realização do concurso em duas fases, na primeira só concorrendo licenciados e, em não se preenchendo as vagas existentes, efetuando-se nova fase, desta vez com participação de interinos e normalistas. A segunda solução, a nosso ver preferível, seria a restauração da prova de erudição, medida que restringiria o acesso de pessoas menos preparadas. Neste setor do ensino são tantas as falhas, a que não faltam inclusive aspectos excusos, com decidida intromissão da política em vários setores, que se fôssemos nos aprofundar mais se esgotaria inapelavelmente o tempo que ainda temos à disposição, motivo pelo qual paramos por aqui.

Outro problema, colocado ainda na categoria dos permanentes, é o do isolamento do professor em cidades distantes, com a sua inevitável mediocrização. Atualmente, existem cursos de férias que muitos desses professores assistem, por representarem sua freqüência pontos para a remoção. Esses cursos têm funcionado de um modo muito formal e estático, com poucos resultados. Uma atenuação do problema do isolamento seria a dinamização desses cursos.

Finalmente, entramos no último setor selecionado para este relatório, integrando a terceira categoria de nossos problemas profissionais, a dos conjecturais. Diz êle respeito especificamente ao Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A cada exame que fazemos de tal projeto mais nos convencemos de que no seu todo, mais do que nos detalhes, êle representa um clamoroso equívoco, de resto cometido de não muita boa fé. Não vamos entrar aqui no problema da Escola Pública, visto já haver considerável número de entidades tratando do assunto. Em primeiro lugar, citaremos a distinção que o projeto faz entre matérias fixas e variáveis, obrigatórias e optativas, e o destino reservado às disciplinas humanísticas dentro deste esquema. Por outro lado cria Conselhos Regionais de Educação, implicando numa autonomia regional de ensino que dentro do quadro brasileiro atual no campo da Educação, consideramos bastante perigosa.

Quanto à sorte da História, tivemos oportunidade de ver um dos ensaios dos esquemas a serem adotados no futuro e nele ela figurava apenas no currículo do primeiro ciclo, com três aulas por série, estando por completo ausente do segundo ciclo, fato que reputamos descabido, especialmente no que respeita ao curso Clássico. Somos de opinião de que é plausível uma certa simplificação do currículo das últimas séries do Colégio e assim, aceitaríamos a retirada da História dessas séries e, levando-se em conta o caráter técnico do curso Científico, pensamos que o número de aulas nele ministrado pudesse ser menor. Sobre todos esses problemas gostaríamos de ouvir as opiniões dos presentes, embora estejamos certos de partir da mesma base: a revalorização do ensino da História na formação do cidadão brasileiro.

*

* *

3,a MESA-REDONDA — 18 de maio de 1960.

O PROBLEMA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA O CURSO SECUNDÁRIO.

E' desnecessário ressaltar a importância do problema do livro didático para futuros professores secundários. Trataremos, com relação a isso, de uma primeira questão, que consideramos básica: deve ou não existir o livro didático, no curso secundário?

Nossa resposta é afirmativa. O livro didático pode e deve existir, porque professores e alunos têm necessidade de seu auxílio, como instrumento de trabalho. E note-se bem: apenas como instrumento de trabalho.

Existe uma certa desconfiança, em relação ao que chamamos, de nossa posição de universitários, "o compêndio". Esta desconfiança procede do péssimo nível dos atuais livros didáticos que, tanto no conteúdo quanto na forma, longe estão do que se poderia considerar ideal.

O que seria, para nós, um livro didático ideal? Antes de mais nada, deveria preencher certas exigências quanto ao texto e quanto aos elementos complementares. O texto do livro didático deve ter um caráter de iniciação, introdução, base, que o professor amplia, completa e faz compreender. Deve conter a matéria perfeitamente dosada e selecionada, tudo isso à luz das mais atualizadas interpretações da História, ainda que se trate de transmiti-los a alunos da 1.a série ginasial. Acreditamos que as noções reais, que a compreensão concreta dos fatos históricos devam ser inculcadas gradativamente nos alunos, mas sob um sistema de gradação quantitativa, jamais qualitativa.

Os elementos complementares de um livro didático de História, por outro lado, deveriam ser leituras, mapas históricos, pequenas biografias anedotário histórico, informações sobre a vida cotidiana, gravuras, dados estatísticos, bibliografia. Tudo isso organizado com prin-

cipal objetivo de completar o texto, fornecendo uma certa “vivência” do assunto de que se trate.

Enumerados êsses aspectos básicos “ideais” para um bom livro didático de História, vejamos de maneira geral o que possuímos, atualmente.

Se considerarmos, por exemplo, dois dos melhores compêndios em uso, para o 2.º ciclo secundário, os de Hadock Lobo e Alfredo Taunay-Dicamor Moraes, encontraremos ainda, neles, muitas insuficiências e falhas. Dissertações contínuas, pequeno desenvolvimento de aspectos importantes em relação a enormes narrações de episódios supérfluos, quadro cronológico mal elaborado, falta de mapas, gravuras que não levam a observações proveitosas. Evidentemente, não vamos nem mesmo considerar, aqui, a grande maioria dos compêndios vigentes, muitas vêzes mais inaceitáveis até.

Embora nossos objetivos sejam os de levantar problemas, é natural que nos perguntemos, a respeito dêles: quais serão as soluções? Entre muitas, talvez fôsse exequível esta sugestão: compêndios organizados por equipes especializadas, e publicados pelo govêrno. Ou qualquer tipo de assistência ou subvenção governamental, que moralizasse o que hoje constitui um verdadeiro comércio do livro didático.

Não temos ilusões a respeito dêsse grave problema. Sabemos que as forças econômicas interessadas na manutenção do atual estado de coisas, estão alerta. E as soluções não serão fáceis, uma vez que não se trata de entrar em acôrdo e trabalhar em conjunto apenas com os honestamente interessados, professôres e historiadores, mas também de afrontar arrivistas e apadrinhados.

São êstes alguns esboços em tôrno a questões que envolvem o livro didático de História para o curso secundário. Aliás, diga-se de passagem, valem êles para os livros didáticos da maior parte das outras matérias do curso secundário.

E o que nos preocupa fundamentalmente ao iniciarmos luta por essa causa é contribuir, em nosso campo, para que, amanhã, a formação cultural do brasileiro, hoje tão deficiente e deformada, seja realmente sólida consciente e harmoniosa.

*

* * *

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO NAVIO E DA ECONOMIA MARÍTIMA.

Em seguida ao Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 1960, realiza-se em Lisboa, promovido pelo **Groupe International d'Histoire Maritime** (Paris) e pela Escola Naval (Lisboa), o V Colóquio Internacional de História do Navio e da Economia Marítima. O tema geral dêste Colóquio será: **Aspects internationaux de la découverte océanique aux XVe et XVIe siècles**, desenvolvendo-se em 5 sessões consagradas ao estudo e discussão dos seguintes assuntos:

Diffusion de l'idée de découverte.

Diffusion Internationale des méthodes nouvelles de l'art nautique.

Influence des types de navires ibériques sur la construction navale européenne.

Influence de la cartographie portugaise sur la cartographie européenne.

Rôle des capitaux internationaux dans les voyages de découvertes.

A respectiva Comissão Organizadora veria com muito agrado a participação dos senhores congressistas neste Colóquio, pedindo-se aos interessados que comuniquem desde já a sua adesão e comparência à Secretaria do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos.

*

* *

ÍNDICE DOS 40 PRIMEIROS NÚMEROS DA REVISTA DE HISTÓRIA.

O Prof. E. Simões de Paula está elaborando um índice-geral dos 40 primeiros números da **Revista de História** (1950-1959). Esse índice será dividido em três partes: a primeira conterà a lista dos autores dos artigos, notas, etc. publicados; a segunda será um índice-dicionário por assunto e, finalmente, a terceira parte constará do índice das obras resenhadas pela **Revista de História**. Assim que o trabalho estiver pronto, será publicado em volume especial para melhor consulta dos nossos leitores.